Branco, Inês (2017). A importância dos média e da língua de acolhimento na integração de imigrantes: a comunidade portuguesa de Macau. *Revista Migrações.* Nº 14. Pg. 79. Observatório das Migrações, ACM I.P. Lisboa. ISSN 1646-8104

A importância dos *media* e da língua de acolhimento na integração de imigrantes: a comunidade portuguesa de Macau

The importance of media and host language in immigrant's integration: the Portuguese community of Macao

Inês Branco[1]

Resumo: A investigação foca-se na comunidade portuguesa de Macau. Analisa os usos dos *media* – étnicos, *mainstream* e transnacionais - por imigrantes durante o processo de integração: na ligação ao país de origem e na adaptação à sociedade de acolhimento, em que a língua assume um papel crucial. Realizaram-se vinte e nove entrevistas em profundidade, com posterior análise de conteúdo individual e transversal. Tendo como base uma investigação de doutoramento[i], neste artigo cingimo-nos às principais conclusões.

Palavras-chave: imigração, *media*, integração, língua de acolhimento, Macau

Abstract:
The research focuses on Portuguese community living in Macao. It analyses the uses of media – ethnical, mainstream and transnational – by immigrants, during the integration process: to preserve the links with their home country and in the adaptation into the new society, in which the host language assumes a crucial role. Twenty-nine in-depth interviews were conducted, with subsequent individual and transverse content analysis. Based on a PhD research[ii], this article lays out its main conclusions.

Keywords: immigration, media, integration, host language, Macao

[1] Professora auxiliar convidada do Departamento de Línguas Literaturas e Culturas (DLLC) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A importância dos *media* e da língua de acolhimento na integração de imigrantes: a comunidade portuguesa de Macau

Inês Branco

Introdução

Com os modernos meios de transportes e telecomunicações que existem atualmente, mais pessoas procuram uma possibilidade de migrar. Especialmente através das imagens fornecidas pelos *media* audiovisuais (televisão, cinema e Internet), os mais pobres e desfavorecidos podem ver o abismo, em termos de condições de vida, que os separa dos países ricos, sendo natural que queiram partilhar essa riqueza e esse bem-estar.

Com a globalização económica e a proliferação do comércio internacional, existe também uma maior exigência de mobilidade em termos profissionais. O desafio de todos os países é saber como regular e gerir estes movimentos migratórios massivos. A Organização Mundial para as Migrações (OIM) estima que existam, atualmente, 214 milhões de migrantes no mundo[iii], sendo que este número representa 3,1 por cento da população mundial. O número de migrantes espalhados pelo mundo formaria o quinto país mais populoso. As mulheres representam 49 por cento do número global de migrantes.

Portugal, no quadro da União Europeia, é tanto país de destino como país de origem de migrações internacionais (para aprofundar vd. Pires *et al*., 2010: 15).

Até aos anos 1970 dominavam os fluxos emigratórios, mas a partir de 1974, com a descolonização, o país passou a receber também imigrantes, cujas características foram mudando ao longo das décadas seguintes. Com a crise financeira que se fez sentir no país desde 2008, os fluxos inverteram-se e os portugueses começaram novamente a sair. Além de o peso dos fluxos na balança migratória se ter invertido, o número de emigrantes, de pessoas que nasceram em Portugal e que vivem no estrangeiro há mais de um ano, é claramente superior ao de imigrantes, com mais de dois milhões a viver fora do país contra menos de meio milhão de estrangeiros a residir em Portugal.

Com este artigo pretende-se perceber qual o papel dos diferentes tipos de *media* na integração de imigrantes e qual o lugar do capital linguístico e da língua da sociedade de acolhimento na integração de imigrantes. Tratar-se do caso dos imigrantes portugueses em Macau torna esta análise relevante devido a que a língua portuguesa tem um enquadramento histórico naquela região, que desmobiliza a aprendizagem de outras línguas locais pelos imigrantes portugueses, o que induz a uma reflexão acerca do que significa nesse contexto a integração numa sociedade de acolhimento - estão os portugueses mais desintegrados por isso? Ou terão, ao invés, a integração mais facilitada?

Este artigo começa por apresentar a comunidade portuguesa de Macau e depois a abordagem metodológica utilizada. De seguida, enquadra teoricamente o conceito de *capital linguístico* (Bourdieu, 1991) e o conceito de *integração* (Berry & Sam, 2006) usado nesta análise. Os resultados dividem-se em: 1) percursos migratórios, 2) integração e 3) os usos dos *media* na integração. Por fim, é feita uma reflexão sobre os

resultados apresentados, com enfoque na posse de capital linguístico (o saber as línguas de acolhimento), enquanto capital de distinção, na integração dos imigrantes portugueses em Macau.

Imigrantes portugueses em Macau

Mais de quinhentos anos passaram sobre a chegada dos portugueses à China, em 1513. Macau era então uma península abrigada e ponto de paragem de navegadores. "Em 1553, invocando o pretexto de secar mercadorias alagadas, os portugueses obtiveram autorização das autoridades chinesas locais para permanecerem temporariamente na península de Macau e fazerem comércio, mediante o pagamento de um foro ao Governo chinês, prática que teve início por alturas de 1573." (GCS, 2016: 528)

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) situa-se no sudeste da China, a oeste do delta do Rio das Pérolas, a 60 quilómetros de Hong Kong e a 145 quilómetros de Cantão, ou Guangzhou, capital da província com o mesmo nome, Cantão, ou em Cantonês Guangdong (GCS, 2016).

Com uma área de 11,6 quilómetros quadrados no século XIX, o território ocupa atualmente um total de 31,3 quilómetros quadrados, incluindo as ilhas da Taipa e de Coloane. Tal aumento deve-se a aterros feitos na orla marítima, que expandiram a área da península e ligaram a Taipa a Coloane. A norte, a península de Macau está ligada à China continental, fazendo fronteira com a cidade de Zhuhai, através das Portas do Cerco. A construção inicial, com a data de agosto de 1849 ainda existe, mas já tem por detrás o novo posto fronteiriço, construído em 2004 (GCS, 2016).

Em dezembro de 2015, a região de Macau tinha 646.800 habitantes e uma densidade demográfica de 21.100 habitantes por quilómetro quadrado. O movimento de entradas na RAEM (visitantes) registou também um número impressionante, com um total de quase 31 milhões de turistas num ano (GCS, 2016: 8).

Os homens representam 49 por cento da população residente e as mulheres 51 por cento. 92,3 por cento da população é de ascendência chinesa, 0,9 por cento de ascendência portuguesa e 2,7 por cento de ascendência filipina. A ascendência relaciona-se com a nacionalidade, o que não quer dizer que seja população nascida obrigatoriamente nos países de origem. No caso dos portugueses, existe uma parte da população que nasceu em Macau durante a administração portuguesa e optou pela nacionalidade portuguesa em vez da nacionalidade chinesa. Se contarmos apenas os portugueses nascidos em Portugal, são apenas 0,3 por cento da população (GCS, 2016: 8).

Quinze anos após a transferência de Macau para a República Popular da China, o território procura ser hoje uma ponte entre a China e o mundo lusófono: "O território retornou à mãe-pátria mas manteve as suas especificidades lusófonas, um peão embrenhado num jogo de sombras chinesas para alcançar interesses além-mar. Oficialmente designado como plataforma de ligação da China ao mundo lusófono, Macau refugia-se no papel de intermediário que os seus contornos únicos lhe permitem desempenhar." (Mendes, 2013: 44)

Macau nunca foi uma colónia, mas sim um território sob administração portuguesa, um caso de soberania partilhada, nunca tendo sido contemplado pela vaga da descolonização, sendo antes sujeito a um processo de retrocessão, resolvido pela via negocial. Ou seja, foi absorvido pelo país ao qual pertencia antes de ser administrado pela potência colonial, tal como Goa.

> "A acta das conversações sobre a questão de Macau, assinada em 1979 aquando do restabelecimento de relações diplomáticas luso-chinesas, já dizia que o território sob administração portuguesa seria «restituído à China (…), no momento julgado oportuno pelos governos dos dois países e por meio de negociações». Tal viria a acontecer no rescaldo das negociações sino-britânicas sobre Hong Kong, resultando na assinatura da Declaração Conjunta de Macau em 1987, que estipulou a transferência da administração portuguesa para a República Popular da China (RPC) em 1999." (Mendes, 2013: 44)

Em 1999 foi criada a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), que abrange a península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane, administrada de acordo com o princípio "um país, dois sistemas", consagrado na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM, 1999), uma espécie de constituição. Pode ler-se no preâmbulo: "A fim de salvaguardar a unidade nacional e a integridade territorial, bem como favorecer a estabilidade social e o desenvolvimento económico de Macau, tendo em conta o seu passado e as suas realidades, o Estado decide que, ao voltar a assumir o exercício da soberania sobre Macau, cria-se a Região Administrativa Especial de Macau de acordo com as disposições do artigo 31.º da Constituição da República Popular da China e que, de harmonia com o princípio «um país, dois sistemas», não se aplicam em Macau o sistema e as políticas socialistas. As políticas fundamentais que o Estado aplica em relação a Macau são as já expostas pelo Governo Chinês na Declaração Conjunta Sino-Portuguesa. (…) De harmonia com a Constituição da República Popular da China, a Assembleia Popular Nacional decreta a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, definindo o sistema a aplicar na Região Administrativa Especial de Macau, com vista a assegurar a aplicação das políticas fundamentais do Estado em relação a Macau." (RAEM, 1999).

De acordo com os artigos 2.º e 5.º da Lei Básica, a China autoriza a RAEM a exercer um alto grau de autonomia e a gozar de poderes executivo, legislativo e judicial independentes, incluindo o de julgamento em última instância, mantendo-se inalterados durante cinquenta anos o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes. Pelo mesmo período a língua portuguesa é língua oficial em simultâneo com o Mandarim, segundo o artigo 9.º: "Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial." (RAEM, 1999).
Segundo os dados do Observatório da Emigração (OE) português[iv], em 2011, nascidas em Portugal existiam 1.835 pessoas (0,3 por cento da população de Macau). Com nacionalidade portuguesa, o que não implica terem migrado ou nascido em Portugal, existiam 5.020 pessoas (0,9 por cento da população de Macau).

Como se pode observar no quadro 2, o número de estrangeiros nascidos em Portugal, ou seja, de imigrantes portugueses, na perspetiva de Macau, teve uma queda entre 1996 e 2006. A partir de 2006 começou novamente a aumentar.

Quadro 2. Evolução da População residente em Macau, 1991-2011

População residente em Macau	1991	1996	2001	2006	2011
População total	355.693	414.128	435.235	502.113	552.503
População nascida no estrangeiro	212.996	231.652	244.096	288.879	326.376
% de população nascida no estrangeiro	60%	56%	56%	58%	59%
População nascida em Portugal	3.625	3.852	1.616	1.316	1.835
% de população nascida em Portugal	1.02%	0.93%	0.37%	0.26%	0.33%
População com nacionalidade portuguesa	101.245	112.706	8.793	8.593	5.020
% de população com nacionalidade portuguesa	28.46%	27.22%	2.02%	1.71%	0.91%

Fonte: Observatório da emigração português

Relativamente à divisão por sexo e grupo etário, em 2011, dos 1.835 portugueses nascidos em Portugal e a residir em Macau, 1.105 eram homens e 730 eram mulheres. O grupo etário mais representativo era o dos 40 aos 64 anos, com um peso de 43 por cento no total e com muito mais homens do que mulheres (62,4% de homens). Logo a seguir, o grupo com mais peso é o dos 25 aos 39 anos, representando 36 por cento do total. Neste, a distribuição entre homens e mulheres é mais equilibrada (52% de homens e 48% de mulheres).

Abordagem metodológica

Foi possível estudar a imigração portuguesa em Macau com o apoio de uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia que possibilitou realizar três meses de investigação e colaboração com um departamento numa universidade fora do país. A escolha recaiu na Universidade de Macau, onde a investigadora participou num estudo sobre aprendentes de português de língua materna chinesa, orientado pela Professora Maria José Grosso.

Em Macau, quer através dos contactos domésticos quer através dos professores da universidade, o acesso à comunidade portuguesa - e aqui abarcamos apenas os portugueses nascidos em Portugal e que migraram, e não o universo de pessoas com passaporte português, que é substancialmente maior – foi facilitado. Constatando essa acessibilidade, e sobretudo as alterações que estavam a acontecer na comunidade - chegada a Macau de muitos portugueses que, entre outras motivações, fugiam à crise - optou-se por trabalhar também com este grupo.

Começámos por definir o guião da entrevista, dividindo-o em três grupos: 1) Informação biográfica e perfil sociodemográfico; 2) Experiência migratória; 3) Perceção de identidade: integração e cultura. As principais vantagens do uso de entrevistas semiestruturadas foram a possibilidade de alterar a ordem das perguntas consoante o entrevistado, não se colocar algumas por não fazer sentido perguntá-las e poder variar o modo como se perguntou consoante os entrevistados.

À semelhança do que é feito em estudos qualitativos com recurso ao método de entrevista semidiretiva, a melhor opção foi a amostragem intencional, ou de conveniência, teoricamente sustentada. Não se pretende fornecer dados estatísticos ou verdades absolutas sobre a comunidade, mas sim conhecê-la melhor e contribuir para uma base de informação que permita a realização de outros estudos, quer sobre a mesma comunidade quer sobre outras.

Procurámos contemplar, na construção da amostra, os critérios que julgámos poderem fazer variar o tipo de respostas e encontrar uma diversidade de perfis suficiente para oferecer diversas perspetivas da comunidade. A partir daqui estabelecemos as combinações únicas possíveis de variáveis, de modo a apurar quantas entrevistas seria necessário realizar. Em primeiro lugar, delimitou-se o que se entende, nesta pesquisa, por *comunidade portuguesa*. Nesta amostra incluímos apenas os cidadãos nascidos em Portugal, ou eventualmente nalguma ex-colónia, com passaporte português, que tivessem vivido em Portugal e que tivessem de facto migrado para Macau.

Relativamente à divisão por *sexo*, optámos por dividir a amostra em 50 por cento homens e 50 por cento mulheres, tendo em conta os dados estatísticos desta comunidade.

Quanto à *idade*, focámo-nos em indivíduos adultos e decidimos não alargar demasiado as faixas, optando por dividir os entrevistados por décadas: inferior a 30 anos, entre 30 e 40 anos, 40 a 50 anos e superior a 50 anos.

Por fim, a última variável foi a *data de chegada a Macau*. Tendo em conta os dois acontecimentos da história recente que mais marcaram a comunidade portuguesa de Macau – a entrega do território à China, em 1999, e a crise em Portugal – optámos pela divisão em: "chegada antes de 1999", "chegada depois de 1999" e "foi e voltou". Esta última categoria, contempla, sobretudo, pessoas que saíram de Macau por volta de 1999, mas que acabariam por regressar ao território, por razões profissionais e de ligação afetiva ao território.

Em resumo, as variáveis foram: sexo (duas opções), idade (quatro opções), data de chegada (três opções). Chegamos, desta forma, às 24 combinações diferentes possíveis. Para angariação dos entrevistados foi utilizado o método "bola de neve", em que através de um contacto se conseguiram outros. Embora tenhamos construído uma amostra teoricamente sustentada, com perfis únicos, com a utilização deste método, corremos o risco de os entrevistados poderem possuir histórias algo semelhantes, o que é agravado pelo facto de a comunidade ser pequena e de os grupos, ou redes de contacto dentro dela, se intersectarem. Pelo mesmo motivo, realizámos mais do que uma entrevista para o mesmo perfil, chegando às 29. As entrevistas foram realizadas em maio e junho de 2013. Foram gravadas em suporte áudio e tiveram a duração média de 49 minutos.

O lugar do capital linguístico na integração

O conceito de *estratégia de integração* que adotámos na nossa pesquisa tem por base o *modelo de estratégias de aculturação* de Berry (2001, 2008) e implica um desejo por parte dos indivíduos de manterem e afirmarem os seus laços com o país e a cultura de origem e, simultaneamente, um desejo de conhecerem, participarem e serem reconhecidos pela sociedade de acolhimento. Neste âmbito, a *língua de acolhimento* surge como um elemento crucial. O seu conhecimento poderá facilitar a participação na nova sociedade, mas o seu desconhecimento poderá constituir uma barreira a uma boa adaptação, tornando os imigrantes mais dependentes e mais vulneráveis (Grosso *et al*., 2008: 5).

A utilização da língua e a competência dos seus falantes expressam relações de poder. As variações no sotaque, na entoação e no vocabulário refletem diferentes posições na escala hierárquica social.

> "Apesar de ser legítimo tratar as relações sociais como interações simbólicas, ou seja, como relações de comunicação que implicam cognição e recognição ou reconhecimento, não se pode esquecer que as relações de comunicação, por excelência - trocas linguísticas - são também relações de poder simbólico." (Bourdieu 1991, p. 37)

Os indivíduos falam com diferentes graus de autoridade e o peso das palavras depende de quem as diz e de como são ditas. As palavras podem ser utilizadas como instrumentos de coerção, de intimidação, mas também de delicadeza e de condescendência. A língua é uma parte integrante da vida social, pois boa parte desta consiste numa rotina quotidiana de troca de expressões linguísticas.

Na abordagem utilizada por Bourdieu (1991) - teoria da prática - o autor procura clarear algumas questões relacionadas com a língua e com a utilização da língua. Para ele, os falantes de uma língua não possuem todos a mesma aptidão para falá-la. A competência dos indivíduos para falar determinada língua não se limita à sua capacidade de gerar uma sequência ilimitada de frases gramaticalmente corretas, mas sim a capacidade que têm de produzir expressões que sejam apropriadas a situações específicas. Os falantes competentes possuem uma competência prática ou um sentido prático em virtude do qual são capazes de produzir frases apropriadas às circunstâncias, ou seja, as frases ou expressões que produzem fazem parte de estratégias práticas que possuem numerosas funções e que são tacitamente ajustadas às relações de poder entre quem fala e quem ouve. A sua competência prática diz respeito à capacidade que os falantes têm de se fazerem ouvir, de serem credíveis e, mesmo, obedecidos. Aqueles que falam têm de assegurar que possuem as qualificações necessárias para o fazer em circunstâncias específicas e aqueles que ouvem têm de reconhecer que quem fala merece atenção. O reconhecimento do direito de falar possui formas de poder e de autoridade associadas.

O conceito chave que Bourdieu utiliza na sua abordagem é o de habitus (1991, p. 12). O *habitus* diz respeito a um conjunto de disposições que inclina os agentes a agirem ou reagirem de determinada forma. As disposições são adquiridas através de um processo de "inculcamento" no qual as experiências da primeira infância são particularmente importantes. Através de uma miríade de processos de treino e de aprendizagem, o indivíduo adquire um conjunto de disposições, como por exemplo a forma de comer, de se sentar, etc., que literalmente moldam o corpo e se tornam numa segunda natureza. O *habitus* cria no indivíduo um sentido de como agir e de como responder no decurso da sua vida - sentido prático. Mas quando os indivíduos atuam, fazem-no num contexto social específico. Determinadas práticas e perceções devem ser vistas não como um produto do *habitus*, mas como um produto da relação entre o *habitus* e os contextos sociais específicos ou campos em que os indivíduos atuam.

Um campo ou mercado pode ser visto como um espaço estruturado de posições no qual estas e as suas inter-relações são determinadas pela distribuição de diferentes tipos de recursos ou capital. Bourdieu destaca a importância do capital linguístico no campo ou contexto social. O capital linguístico é para o sociólogo uma forma de capital social, entendido este como o conjunto dos recursos, reais ou potenciais, que estão ligados à

posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos.

Uma das ideias centrais do trabalho de Bourdieu (1991, p. 14) é que há diferentes formas de capital social, não apenas o capital económico no seu sentido literal (dinheiro, ações), mas também o capital cultural (conhecimento, qualificações académicas) ou o capital simbólico (prestígio, honra). Uma das principais características dos contextos sociais, ou campos como Bourdieu lhes chama, é a forma como estes deixam que uma forma de capital possa ser convertida numa outra – por exemplo, a forma como determinado tipo de qualificações educacionais pode ser tido em conta em empregos ou trabalhos mais bem remunerados.

Bourdieu (1991, p. 16) utiliza esta linguagem económica para analisar formas de influência dentro de contextos sociais. Contudo, não pretende reduzi-las a meras interações económicas. A sua visão é de que as práticas descritas como económicas, como a compra e venda de bens de consumo, são uma subcategoria das práticas pertinentes num campo ou conjunto de campos, a economia de mercado. Mas além das práticas económicas, existem outras subcategorias de práticas pertinentes para outros campos, como a literatura, a arte, a política ou a religião. Em vez de pretender reduzir todas as transações à sua natureza económica, Bourdieu pretende tratar a economia, no seu sentido restrito, como um campo. Em campos que não sejam económicos, em sentido restrito, as práticas não têm de ser tratadas na lógica económica de ganho financeiro. Porém, estas práticas podem ser também entendidas numa lógica económica, em sentido lato, ao serem orientadas para o aumento de um determinado tipo de capital (cultural, simbólico, etc.) ou para o aumento de algum tipo de lucro (honra, prestígio, etc.).

Ao desenvolver uma abordagem em relação à língua e ao intercâmbio linguístico, Bourdieu (1991, p. 17) elabora e aplica as ideias que compõem a sua teoria da prática. Segundo esta, as expressões linguísticas são formas de prática e, como tal, podem ser entendidas como o produto da relação entre o *habitus* linguístico e o mercado linguístico.

Como explica também Edwards (2009, p. 28) há certos níveis mais profundos da comunicação numa língua estrangeira que no início se encontram fechados a quem ainda está a aprendê-la e, mesmo que adquira as capacidades técnicas suficientes para viver e trabalhar noutra comunidade de fala, estas podem não ser as bastantes para conseguir apreciar, por exemplo, a sua literatura. O processo de aquisição desse *habitus* cultural pode ser lento e tem implicações no entendimento de aspetos mais profundos da língua. Digamos que o conhecimento da língua e da cultura caminham lado e lado e que só percebendo perfeitamente uma se pode compreender perfeitamente outra. Na linguagem económica de Bourdieu, os produtos linguísticos possuem determinado valor num dado mercado linguístico. Alguns produtos são mais valorizados que outros e, por conseguinte, parte da competência prática dos falantes é saber como produzir (e ter a capacidade de produzir) expressões que sejam altamente valorizadas nesses mercados.

A competência prática dos falantes não é uniformemente distribuída pela sociedade em que a mesma língua é falada. Diferentes falantes possuem diferentes quantidades de capital linguístico, ou seja, diferentes capacidades de produzirem expressões para um mercado particular. A distribuição do capital linguístico está ainda relacionada com a

distribuição de outras formas de capital, as quais definem a localização de um indivíduo dentro de um espaço social. Diferenças em termos de sotaque, gramática e vocabulário são indícios da posição social dos falantes e reflexos da quantidade de capital linguístico e de outras formas de capital que estes possuem (Bourdieu, 1991, p.22).

Ao tomar como garantidos certos aspetos da estrutura hierárquica social, os indivíduos de classes sociais mais desfavorecidas em termos de capital cultural ou económico partilham e aceitam um sistema de avaliação que trabalha contra eles. Este é um dos exemplos do que Bourdieu chama poder simbólico ou violência simbólica. Este tipo de poder é transmutado para uma forma simbólica e, desta forma, dotado de uma certa legitimidade. Trata-se de um poder invisível ao contrário do poder da força física. É um poder ou uma violência subreconhecida enquanto tal e, por isso, reconhecida como legítima. O exercício do poder simbólico assenta numa crença partilhada, ou seja, a sua eficácia pressupõe uma certa forma de crença ou cognição, de tal forma que mesmo aqueles que menos beneficiam do exercício do poder participam, até certo ponto, na sua própria sujeição ou subordinação. O poder simbólico requer como condição de sucesso que aqueles que se sujeitam acreditem na legitimidade do poder e na legitimidade daqueles que o têm, ou seja, dos que dominam.

É preciso notar que a utilização que Bourdieu faz do termo classe difere da mesma noção tradicional da literatura marxista. Bourdieu não estabelece a classe em função da posse dos meios de produção. Para ele as classes são um conjunto de indivíduos que ocupam funções similares no espaço social, que possuem as mesmas oportunidades na vida. Classe pode dizer respeito à divisão social existente nas sociedades atuais baseadas, por exemplo, no género ou na etnicidade.

Os imigrantes ou comunidades de imigrantes podem ser classificadas enquanto classes e podem ser alvo do exercício do poder simbólico entre a sociedade que domina e a comunidade que se subordina. A questão está em conseguir identificar de que modo é exercido esse poder e de que forma podem as comunidades imigrantes resistir a ele.

O que Bourdieu vem destacar é a importância da língua enquanto capital simbólico como uma dessas formas de resistência. Seguindo Bourdieu (1991), um imigrante, ao aprender a língua de acolhimento, adquire uma forma de *capital social*, neste caso o *capital linguístico*, que lhe permite ter melhores condições para se mover dentro da sociedade que o acolhe. Quanto maior for este seu capital, mais apto estará para explorar o sistema de diferenças em seu próprio proveito e assegurar um *capital de distinção.*

Integração e (re)construção identitária

A ideia de pertença a algo faz parte da noção que temos da nossa própria identidade. É importante perceber a relação entre pertença e identidade para se entender a construção identitária de um imigrante, a necessidade de integração na sociedade de acolhimento e os fatores envolvidos nos dois processos.

> "Desde que deixei o Líbano, em 1976, para me instalar em França, perguntam-me inúmeras vezes, com as melhores intenções do mundo, se me sinto «mais francês» ou «mais libanês». Respondo invariavelmente «Um e outro!» Não por um qualquer desejo de equilíbrio ou equidade, mas porque, se respondesse de outro

> modo, estaria a mentir. Aquilo que faz que eu seja eu e não outrem é o facto de me encontrar na ombreira de dois países, de duas ou três línguas, de várias tradições culturais. É isso precisamente que define a minha identidade." (Maalouf, 1998, p. 9)

Neste trecho do seu livro "Identidades Assassinas", Amin Maalouf salienta os dilemas da construção identitária de um imigrante. Primeiro, o *hibridismo* – sentir-se a pertencer, ao mesmo tempo, à sua cultura de origem e à cultura de acolhimento. Segundo, a pertença a vários grupos sociais – a sua comunidade cultural no país de destino e a sociedade de acolhimento mais vasta. Terceiro, o facto de cada identidade ser única e de serem as diferentes pertenças que a tornam única.

Existe uma relação entre aquilo que o indivíduo é enquanto ser humano e aquilo que é enquanto reflexo dos grupos aos quais pertence. Existe uma continuidade entre estas duas formas de existência - a individual e a social ou de grupo.

> "A identidade significa uma continuidade ou, por outras palavras, uma linha inquebrável que percorre a longa e variada tapeçaria da vida de cada um. É esta continuidade que liga a identidade individual à identidade social ou de grupo. A nível pessoal é ela que nos garante a nossa integridade em curso; a nível do grupo a continuidade traduz-se na ligação a um grupo estabelecida algures no passado e continuada através da tradição." (Edwards 2009, p. 19)

Por *identidade social* entendem-se as características que os outros atribuem a um indivíduo. Estas podem ser vistas como marcadores que indicam, de um modo geral, quem essa pessoa é. Ao mesmo tempo, posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos com quem partilha os mesmos atributos. Se as *identidades sociais* estabelecem as formas pelas quais os indivíduos são semelhantes a outros, a *identidade pessoal* distingue-os enquanto indivíduos. Este tipo de identidade diz respeito ao processo de desenvolvimento pessoal através do qual formulamos uma noção intrínseca de nós próprios e do relacionamento com o mundo à nossa volta (Giddens, 2007, pp. 29, 30).

Há nas identidades sociais uma característica que une todas as identidades individuais que lhe pertencem. A identidade individual de um indivíduo é feita de múltiplas pertenças a identidades sociais. Existe para a maior parte das pessoas a pertença a uma tradição religiosa, a uma ou mais nacionalidades, a um grupo étnico ou linguístico, etc. Estas pertenças não têm todas a mesma importância, mas nenhuma delas é totalmente desprovida de importância. Elas são os elementos constitutivos da personalidade. Se cada um desses elementos se pode encontrar em grande número de indivíduos, jamais encontraremos a mesma combinação em duas pessoas diferentes (Maalouf, 1998, p. 19).

Esta relação de pertença com identidade coloca dois problemas ao indivíduo: por um lado, a necessidade de se sentir a pertencer e, por outro, a necessidade de se afirmar enquanto pertencente a algo. Se entendermos esta relação, conseguimos entender também a necessidade de integração de um imigrante na sua nova sociedade, a sua necessidade de afirmação como pertencente a essa sociedade, mas também como pertencente à sua sociedade de origem e os problemas que a ligação às duas lhe coloca.

É, por conseguinte, na fronteira entre a pertença à comunidade imigrante e a pertença à sociedade de acolhimento que o imigrante vai construindo a sua identidade. O imigrante partilha certos atributos da comunidade imigrante à qual pertence e que o ligam à sua cultura de origem; simultaneamente, à medida que se vai integrando na sociedade de destino começa também a partilhar certos atributos dessa sociedade. Por um lado, tem de lutar pela sua afirmação enquanto indivíduo e enquanto membro de um grupo cultural que exige o reconhecimento dessas diferenças culturais na sociedade maioritária; por outro lado, procura também integrar-se no seio dela, como mais um dos seus membros. Nesta construção identitária, a sociedade de acolhimento tem um papel fundamental pela forma como integra os imigrantes. Do lado dos imigrantes, é crucial a forma como se procuram adaptar.

No caso da sociedade de acolhimento um dos maiores bloqueios à integração é a possibilidade de estereotipização do imigrante. Como afirma Edwards (2009, p. 20), as identidades sociais serão sempre, até certo ponto, estereotipadas na sua natureza, devido à sua necessária generalização por todos os seus componentes. O problema está na redução da identidade do imigrante a apenas uma das suas características, ou seja, a pertença à sua comunidade. É preciso entender-se que a identidade de um indivíduo além de ser constituída por várias pertenças é também mutável. A visão do imigrante por parte da sociedade de acolhimento como essencialmente pertencente à sua comunidade leva-a, como vimos anteriormente, a excluí-lo, porque vê nele um indivíduo com determinadas características inerentes à sua cultura de origem, que nunca mudarão.

Neste tipo de contextos, para as minorias o termo identidade, ao invés de englobar tudo o que caracteriza um indivíduo ou um grupo, é utilizado para afirmar aquelas características escolhidas ou herdadas que o definem como certo tipo de pessoa ou grupo e que formam o seu auto-entendimento.

No caso dos imigrantes, um fenómeno de grande importância no que respeita à aculturação é a *mudança comportamental* e é relativo às alterações psicológicas resultantes do contacto cultural. Praticamente todos os comportamentos no repertório de uma pessoa são candidatos a mudanças após um envolvimento com outras culturas. Na maioria dos casos, há uma transição bastante fácil, envolvendo tanto o abandono de alguns dos elementos da sua cultura como a aprendizagem de elementos de uma outra. Os indivíduos podem mudar a forma como se vestem, o que comem, a forma como se cumprimentam, até mesmo os seus valores, reduzindo algumas formas de vida quotidiana, substituindo-as por outras. O ritmo e a extensão da mudança individual estão claramente relacionados com o grau de manutenção cultural dentro do seu próprio grupo, o que, por sua vez, está ligado à situação demográfica, económica e política relativamente a outros grupos em contacto. Embora existam muitas mudanças comportamentais para ser entendidas, uma especial atenção tem sido dada ao *conhecimento e uso de línguas* e à sua relação com as atitudes de aculturação (Berry, 2001, p. 621).

Berry (2001, p. 620) identifica duas dimensões ao longo das quais os imigrantes (re)constroem a sua identidade. A primeira destas dimensões é a identificação com uma herança ou grupo cultural, a manutenção da própria cultura. A segunda é a identificação com a sociedade dominante e o envolvimento com outras culturas. Estes dois aspectos

da identidade cultural têm sido referidos pelo autor como identidade étnica e identidade cívica. Usando essas duas dimensões de identidade, Berry (2001, 2008) identifica quatro estratégias de aculturação.

Estas estratégias consistem em duas componentes: atitudes e comportamentos (isto é, as preferências e as práticas reais) que são expostos nos encontros interculturais quotidianos. Raramente existe uma coincidência entre o que um indivíduo prefere e procura (atitudes) e o que é realmente capaz de fazer (comportamentos). Esta discrepância é estudada em psicologia social e normalmente é explicada como sendo o resultado de restrições sociais sobre os comportamentos (tais como normas, oportunidades, etc.) Não obstante, muitas vezes há uma correlação positiva entre as atitudes e os comportamentos de aculturação, permitindo o uso de uma avaliação global das estratégias do indivíduo (Berry & Sam, 2006, p. 33).

No plano cultural, os dois grupos em contacto (dominante ou não-dominante), normalmente, têm alguma noção sobre o que cada um procura fazer (por exemplo, as políticas colonialistas ou as motivações para a migração), ou o que cada um faz ao outro durante o contacto. Da mesma forma, os objetivos dos grupos culturais emergentes também influenciam as suas estratégias. Ao nível individual, tanto as mudanças comportamentais como o stress gerado pelo processo de aculturação são resultado, pelo menos até certo ponto, do que as pessoas tentam fazer durante a sua aculturação, e os resultados a mais longo prazo (ambas as adaptações psicológica e sociocultural) muitas vezes correspondem aos objetivos estratégicos definidos pelos grupos de que são membros (Berry & Sam, 2006, p. 34).

Berry (2001, 2008) faz uma divisão entre estratégias de assimilação e integração e entre separação e marginalização, enquanto modos diferentes nos quais a aculturação (tanto de grupos como de indivíduos) poderá ter lugar. Estas distinções envolvem duas dimensões, enraizadas nas orientações mais para com o próprio grupo ou mais para com os outros grupos. A primeira implica uma relativa preferência para a continuidade cultural: manutenção da herança cultural e identitária; a segunda para o contacto: a preferência relativa para ter contacto e participar na sociedade em geral, juntamente com outros grupos.

A estratégia de *assimilação* define-se quando os indivíduos não desejam manter a sua identidade cultural e buscam a interação diária com a cultura de acolhimento.

Em contraste, a estratégia de *separação* surge quando os indivíduos dão valor a manterem-se fiéis à sua cultura originária e, ao mesmo tempo, evitam a interação com a sociedade mais ampla.

A estratégia de *integração* é a opção quando há um interesse tanto na manutenção da sua cultura original como nas interacções diárias com outros grupos da sociedade de acolhimento. Neste caso, é mantido um certo grau de integridade cultural, enquanto ao mesmo tempo o indivíduo procura, como membro de um grupo cultural, participar como parte integrante da rede social mais abrangente. O grau de integração do indivíduo na sociedade é tanto maior quanto maior for o grau de participação na rede social mais lata da sociedade de acolhimento. Pelo contrário, é tanto menor quanto os indivíduos prefiram manter um maior grau de integridade cultural, ou seja, de ligação à cultura de origem.

Finalmente, a estratégia de *marginalização* define-se quando há pouca possibilidade, ou interesse, na manutenção cultural (muitas vezes por razões de perdas culturais impostas), e pouco interesse em ter contactos com outros (muitas vezes por razões de exclusão ou discriminação).

Em resumo, na estratégia de integração ambas as identidades de origem e de destino se afirmam; na estratégia de marginalização, as pessoas não se sentem ligadas a nenhuma das duas culturas; e nas estratégias de assimilação e de separação uma cultura é fortemente enfatizada sobre a outra.

A definição destas quatro estratégias de aculturação adotadas pelos grupos culturais baseia-se no pressuposto de que os grupos não dominantes e os seus membros individuais têm a liberdade de escolher como querem envolver-se em relações interculturais. Porém, nem sempre é este o caso. Isto é mais claro no caso da integração, a qual só pode ser escolhida livremente e com sucesso por grupos não-dominantes, quando a sociedade dominante é aberta e inclusiva na sua orientação para a diversidade cultural.

Segundo o autor, as questões que os imigrantes colocam a si próprios são: "Como devemos lidar com a manutenção da herança cultural e identitária? Como devemos lidar com a construção de relações entre o nosso grupo cultural e a sociedade mais ampla?". Em todos os imigrantes, mesmo os que se dizem não integrados, existe um interesse tanto na manutenção da sua cultura original como nas interações diárias com outros grupos; desejam manter um certo grau de integridade cultural, enquanto procuram participar como parte integrante da rede social mais abrangente. Ou seja, na sua construção identitária enquanto indivíduos procuram afirmar elementos pertencentes à sua cultura de origem e à nova cultura de destino.

Resultados

De seguida apresentamos os resultados da investigação, dividindo-as em três partes: 1) Percursos migratórios; 2) Integração e (re)construção identitária, em que consideramos a preservação da cultura de origem e a adaptação à cultura de acolhimento; 3) Usos dos *media* na integração, dividindo-os em étnicos, *mainstream* e transnacionais e, por fim, os seus usos na aprendizagem da língua de acolhimento.

1. Percursos migratórios

Os migrantes entrevistados descrevem um desejo de melhoria de vida, de encontrar, na nova sociedade de acolhimento (Macau), emprego, ou um melhor emprego, mais de acordo com as suas qualificações, mais bem remunerado, que permitisse progredir financeiramente. Para os que partiram primeiro, a motivação principal foi esta. Para os que se lhes seguiram, as razões pessoais estiveram muitas vezes na base da mudança, um reagrupamento familiar.

Para ambos os países - de origem e de destino - a experiência migratória está a mudar. A situação de crise que se vive em Portugal, por comparação à boa situação económica da região de Macau e as ofertas profissionais para pessoas qualificadas permitem aos imigrantes portugueses pensar numa vida mais estável e com mais regalias do que

teriam, provavelmente, num Portugal em crise. A ideia de regresso é, por isso, pouco definida. Está diretamente ligada a dois fatores: perspetivas pessoais e profissionais na região de acolhimento e grau de integração. Os portugueses, o que perspetivavam em termos profissionais quase sempre se concretiza; desde que sejam qualificados, obtêm uma proposta de emprego, mesmo que não a ideal logo no início, mais ou menos rapidamente, e que permite uma situação estável no território pelo menos durante dois anos, o período de um contrato de trabalho.

2. Integração

Cultura de origem

A transição necessária, a alteração de comportamentos no repertório de cada imigrante, que envolve tanto o abandono de alguns elementos da sua cultura como a aprendizagem de elementos de outras, não acontece para todos da mesma forma. Umas são tomadas pela própria vontade de cada indivíduo; outras são necessárias à adaptação à nova sociedade e, como tal, o indivíduo tem de as tomar para se integrar; outras, ainda, vão acontecendo impercetivelmente ao longo do tempo de permanência na sociedade de acolhimento. O grau de manutenção cultural ou de incorporação de elementos culturais existentes na sociedade de acolhimento dita o grau de integração.

A maior ou menor facilidade de acesso ao país de origem também condiciona o nível de integração atingido. Isto porque se, mesmo vivendo numa sociedade muito diferente, conseguem ter em paralelo uma vida mais próxima à que tinham na origem, a necessidade de integração é menor. Esta constatação foi feita na comunidade portuguesa.

Primeiro, em Macau, pelo facto de a região ter sido administrada por Portugal até muito recentemente, a forma de vida adotada pelos portugueses no território durante o período de administração portuguesa, e que procurava ser feita à imagem do que acontecia em Portugal, ainda pode ser mantida em muitas áreas, que vão desde as leis, à utilização do português no funcionalismo público, até às tabuletas com indicações em português que se veem no território.

Segundo, pelo poder económico que os elementos desta comunidade conseguem alcançar, podem, se quiserem, viajar para países ocidentais. Alguns vão a Portugal, no mínimo, duas vezes por ano.

Terceiro, as possibilidades oferecidas pelas novas ferramentas mediáticas. No passado, em que a carta era o meio de comunicação mais comum, entre o envio e a resposta passava pelo menos um mês, e o telefone era mais caro e seria inviável estabelecer conversas quer em termos de duração quer de frequência como as que é possível estabelecer hoje. Em especial os *media* transnacionais e a Internet permitem sentir uma proximidade entre os membros da diáspora, entre a família e os amigos, que não seria possível há apenas dez anos. Não só existem mais aplicações deste género, como os suportes são também eles mais diferenciados. A referência ao uso dos *smartphones* foi muito mais frequente à medida que avançou esta investigação. Poderá dever-se a um maior poder económico por parte dos elementos desta comunidade para adquiri-los, mas

julgamos que tal se deve, sobretudo, à velocidade com que os produtos tecnológicos atingem a fase de maturação e, consecutivamente, se tornam mais baratos e o seu uso mais banalizado.

Todos estes fatores elevam as experiências de transnacionalização a uma nova dimensão. As fronteiras culturais atenuam-se e a construção identitária dos que migram é enriquecida por elementos não só das culturas de origem e de destino, mas de todas as outras com as quais contactam, o que também acontece com indivíduos que nunca emigraram, mas que têm hoje a possibilidade de estabelecer relacionamentos pessoais e profissionais com pessoas no estrangeiro. As redes sociais, como o *Facebook* ou o *LinkedIn*, apoiadas por funcionalidades que permitem comunicar e ver o *outro* - conterrâneos residentes no resto do mundo -, tornam-no mais próximo, mais acessível. Nesta ligação ao resto do mundo e na busca de se manterem informados sobre outros países, os imigrantes entrevistados referem em comum as grandes cadeias televisivas internacionais, como a CNN ou a BBC, que veem através da televisão ou *online*.

Porém, as novas possibilidades que a tecnologia e os *media* oferecem podem atenuar as "dores da adaptação", porque fomentam uma maior ligação ao país de origem, mas é exatamente por este motivo que o grau de integração atingido pelo imigrante, que implicaria uma maior adoção dos elementos singulares, únicos, da cultura de destino, poderá ser menor.

Como refere Alvord (2011), embora todos os imigrantes em foco na sua pesquisa realizada nos Estados Unidos da América, tal como na nossa, usem a tecnologia para se "conectarem" a casa, as diferenças em termos de acesso e de infraestruturas têm consequências. Estas limitações afetam os laços psicológicos e emocionais com o país de origem. Uma das formas que têm de manter estes laços é manterem-se informados sobre o país, o que lhes permite manter e cultivar os laços que possuem com ele.

Cultura de acolhimento

A mudança na forma de vestir revela não só um desejo de adquirir elementos culturais do país de destino, mas também, sendo a forma de vestir um rótulo, revela uma declaração de identidade. É das maiores mudanças que um imigrante pode fazer porque implica um conflito em relação à cultura de origem e traduz-se num forte desejo de integração, de se imiscuir na cultura local, passar despercebido entre os demais, diluir-se na paisagem e ser visto com um *igual* e não como o *outro*.

Todavia, não podemos concluir que, por quererem afirmar valores da cultura de destino, reneguem a de origem. Na estratégia de aculturação que adotam – integração - a extensão da mudança individual resulta de um natural desejo de adaptação, mas não significa que não mantenham outros elementos da cultura de origem. Verificámos que o fazem quanto às práticas religiosas, quanto ao que comem e a outros hábitos da vida quotidiana, que podem ser mantidos apenas dentro da comunidade ou não, como o falar com os familiares e amigos em português.

Comunidade cultural na sociedade de acolhimento

Para o desejo de manutenção dos laços com a comunidade cultural dentro da sociedade de acolhimento contribuem o sentimento que os imigrantes nutrem por ela, a forma com a veem e a forma como procuram manter-se informados sobre ela.

Quanto à comunidade portuguesa, o tratar-se de uma comunidade muito pequena que tem vindo a aumentar nos últimos anos tem efeitos a vários níveis. Primeiro, na sua *identidade*, já que inerente a este conceito está a ideia de permanente construção. Quando a uma *identidade coletiva* se junta novos elementos, os reflexos nas *identidades individuais* dos membros já existentes e na identidade da comunidade como um todo são inevitáveis. A comunidade portuguesa tem passado, desde 1999, por transformações que resultam da nova conjuntura da região, que passou de um governo português a um governo chinês e que liberalizou o negócio do jogo. Por outro lado, a conjuntura europeia e a portuguesa em especial, de crise económica, potenciaram o seu crescimento. A identidade da comunidade está em redefinição, mas continua a ser um pilar de Macau, tendo como fundamento o seu papel histórico no território.

A sociedade de acolhimento

O desejo de afirmação de traços culturais do país de destino passa pela valorização dos hábitos e costumes das comunidades locais, daí que a forma como os imigrantes veem a sociedade de acolhimento - que neste caso passa a ser o *outro* - seja também importante na estratégia de integração.

Quanto à comunidade portuguesa em Macau, a forma como vê as comunidades locais parece estar fortemente condicionada pelo facto de a grande maioria dos seus membros não saber falar cantonês nem mandarim e pelas próprias circunstâncias históricas do domínio português sobre esse território, que a coloca numa posição particular em termos do capital linguístico e da necessidade de o alargar. Julga essas comunidades locais como sendo fechadas quando o que verificamos é o próprio fechamento destes imigrantes na sua própria comunidade. A dificuldade em aprender línguas tão distantes da sua língua materna e a evidência de que não é preciso sabê-las para conseguir um emprego contribuem para este ciclo vicioso. Não aprendem porque é difícil e moroso – ficam limitados a falar com membros da comunidade ou das outras comunidades através da língua franca, o inglês – não conhecendo melhor as comunidades locais sentem-nas fechadas - como pensam não haver abertura para conhecê-las melhor e à respetiva cultura, cujos hábitos consideram muito peculiares, não cultivam o interesse pela aprendizagem das línguas e investem o seu tempo noutras atividades.

Ainda assim, a maioria manifestou interesse por se manter informada sobre a sociedade de acolhimento, até porque tal é facilitado pela existência de *media* étnicos em línguas portuguesa e inglesa em Macau e pelos *media* da região vizinha, Hong Kong.

A língua de acolhimento

A língua de uma sociedade de acolhimento, sendo um dos principais pilares identitários de uma cultura, é o elemento mais importante a ser adquirido no processo de integração. Dada a sua importância, pode ser o principal facilitador se os imigrantes a souberem falar, mas também a principal barreira se não conseguirem. Na aprendizagem de qualquer língua a motivação e o tempo são os fatores que mais determinam o sucesso ou insucesso desse empreendimento.

No caso da comunidade portuguesa em Macau, dos 29 entrevistados, apenas um, filho de mãe chinesa e pai português, fala bem cantonês, mas não sabe escrever. Dos que dizem saber falar, apenas possuem conhecimentos elementares da língua, mas também não sabem escrever. Apenas um dos imigrantes possui competências na escrita e na fala de mandarim, porém, apenas razoáveis. Ainda assim, todos estavam empregados ou em vias de o conseguirem, numa sociedade em que apenas 2,7 por cento da população fala português, entre estes os 0,3 por cento que o têm como língua materna, valores que expressam bem as particularidades desta experiência migratória.

Tal como referido pelos nossos entrevistados, mesmo que o cantonês seja falado pela grande maioria da população, não é necessário saber falar a língua para, mais do que sobreviver, viver e trabalhar em Macau. Consequentemente, sendo a sobrevivência no país de acolhimento uma das principais motivações para a aprendizagem da língua, este é um fator que se exclui. Com alguma motivação poderiam aprender a língua, ainda que mais lentamente. De facto, todos já encetaram algumas tentativas para aprender e os que desistiram pensam em retomar. As principais razões apontadas para a desistência são a dificuldade em aprender uma língua tão diferente e a falta de tempo.

Sublinhamos que as respetivas línguas de acolhimento, português e cantonês, relativamente às línguas de origem, possuem uma raiz muito diferente e para os imigrantes as diferenças culturais entre a origem e o destino são substanciais. A facilidade em afirmar e manter os laços com o país de origem e o facto de a língua portuguesa ainda sobreviver em Macau, persistindo dificuldades na aprendizagem do cantonês pelos portugueses em Macau, constituem fatores determinantes do menor grau de integração cultural dos portugueses em Macau.

3. Os usos dos *media* na integração

As audiências constituídas por imigrantes dividem a sua atenção entre os *media* étnicos, *mainstream* e transnacionais. Dependem dos meios de comunicação transnacionais para partilha do seu sentido de identidade, mas os contextos locais e nacionais onde vivem, em que atuam *media* étnicos e *mainstream*, são igualmente importantes para a construção identitária destas comunidades (Georgiou, 2005).

Média étnicos e mainstream

Estes *media* são encarados como diferentes na sua essência. Os *media* étnicos são interpretados pela ideologia dominante (e assimilacionista) como potencialmente perpetuadores de diferenças identitárias enquanto os *media* da maioria, ou *mainstream*, são encarados como "integradores" (Carvalheiro, 2008: 55).

Num estudo sobre os *media* étnicos em Portugal, feito por Isabel Salim (2008), a autora colocava a questão: "Os meios de comunicação étnicos ajudam no acesso à informação e adaptação dos imigrantes, podendo também ajudar no processo de integração, ou, pelo contrário, fecham a comunidade imigrante sobre ela mesma, diminuindo as possibilidades de integração e adaptação?" (Salim, 2008: 81).

A resposta ia no mesmo sentido da de autores como Wood & King (2001), que consideram que os média étnicos tanto podem ajudar os imigrantes a sentirem-se em casa nos seus países de destino - servindo de meio de aprendizagem sobre a nova sociedade e sobre as formas como se podem adaptar a esta - como podem contribuir para "atrasar" o seu processo de integração, ao promoverem o fechamento dos imigrantes dentro da sua comunidade. Ou seja, as conclusões dependem de outros fatores. Como explica Carvalheiro (2008: 57), "O uso dos média não deve ser encarado como consumo em sentido restrito, mas também como prática, ou seja, não basta perguntar que produtos se consomem, mas também é preciso considerar como e com quem são consumidos. Ignorar a articulação dos média com a comunicação face-a-face resulta num mediacentrismo fatal para a compreensão das identidades étnicas, dado o papel que os círculos de interação têm na definição de pertenças".

No nosso estudo procurámos saber não só que *media* os imigrantes usam e como. Procurámos também conhecer os seus percursos migratórios, como se processa a sua integração, a sua ligação às culturas de origem e de destino e qual a importância da língua de acolhimento.

A comunidade portuguesa está em Macau há cerca de 500 anos e administrou o território até recentemente.

No entanto, esta relação com o território, ao contrário do que poderia ser expectável, tem muito menos impacto no grau de integração do que a posse de *capital linguístico* e de *capital de conhecimento*. No caso da comunidade portuguesa o seu *capital de distinção* compreende as suas qualificações profissionais diferenciadas e a particularidade de a língua portuguesa ser uma língua com poder naquele contexto. Quanto aos *usos dos media* verifica-se o mesmo. O tipo de *media* usado tem menos impacto na integração do que a posse de *capital linguístico* e de *capital de conhecimento*. A ideia de que os *media* étnicos são perpetuadores de diferenças identitárias e de que os *media mainstream* são integradores não se verificou.

As razões que explicam esta conclusão devem-se, em primeiro lugar, ao facto da sociedade de acolhimento adotar uma estratégia pluricultural e não assimilacionista; em segundo lugar, porque o uso dos *media* está condicionado pelo conhecimento das línguas de acolhimento.

A comunidade portuguesa residente em Macau usa essencialmente os *media* étnicos no sentido de obter informação sobre o país de origem. Os *media* étnicos usados são os jornais e revistas em português ou produzidos por portugueses, o canal de televisão português da Televisão de Macau (TDM), e a Rádio Macau. O seu uso vai no sentido da obtenção de informação, na língua de origem ou em inglês, não só relativa à comunidade mas também informação *mainstream*, ou seja, do que acontece na sociedade de Macau como um todo. Esta constatação vai ao encontro do que diz Georgiou (2005), "[os *media* étnicos] adotam o papel de mediadores entre a informação *mainstream* e as comunidades imigrantes".

Na comunidade portuguesa em Macau, o uso dos *media mainstream* também é condicionado pelas línguas de acolhimento. O desconhecimento das línguas chinesas faz com que não usem os *media* em cantonês e mandarim, escolhendo os *media* em inglês e português. Nestes procuram, principalmente, informação sobre a região de

acolhimento, em que se inclui não apenas Macau, mas também Hong Kong, o resto da China e outros países asiáticos.

Ambos os meios, étnicos e *mainstream*, indicam, assim, a adoção de uma estratégia de *integração*.

Media transnacionais

Os estudos sobre os *media* transnacionais evidenciam o seu papel na manutenção dos laços entre as comunidades imigrantes e os respetivos países de origem (Elias & Lemish, 2006, 2008) e a relevância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial da *Internet*, na concretização de aspirações migratórias, ao serem utilizadas para explorar o mundo, procurar oportunidades, informações, contactos e novas ideias (Burrell & Anderson, 2008).

Na nossa investigação verificamos que, nas duas comunidades, os *media* transnacionais, aqui incluindo os *media* nacionais acessíveis pela Internet, são utilizados na manutenção de laços com o país de origem. Na comunidade portuguesa, os *mass media* (com conteúdos de muitos para muitos) também são usados quer para obter informação sobre o país de origem, e neste caso o principal é a *RTP Internacional*, quer para obter informação sobre o resto do mundo. Na comunidade portuguesa o acesso é feito, maioritariamente, através de televisão por cabo e TDT.

Alguns membros desta comunidade, além de *media* transnacionais ocidentais, utilizam também os asiáticos, como alternativa à agenda mediática ocidental. São apontadas as cadeias televisivas *Al Jazeera* e *Russian Television*, o jornal *China Daily* do governo chinês e os *media* de Hong Kong. Mais do que notícias sobre o que se passa especificamente nas regiões de onde são transmitidos, procuram informação alternativa a acontecimentos de interesse internacional, que são também transmitidos em meios ocidentais. Fazem-no conscientemente, tendo a noção que a verdade dos factos, se se quiser alcançá-la, está algures no equilíbrio entre os dois, porque os meios asiáticos também eles têm os seus próprios interesses e seguem as suas próprias agendas, influenciadas pelos respetivos governos.

Quanto aos novos *media* transnacionais, com formato de um para um ou de muitos para muitos, são utilizados para contactar familiares e amigos, quer estejam no país de origem quer estejam noutro país. A presença de conhecidos em outros países, a busca de notícias e a procura de oportunidades de emprego no resto do mundo, através das redes sociais, como *Facebook* e *Linkedin*, fazem com que as experiências de transnacionalismo ultrapassem as barreiras do país de origem e do país de destino. Esta constatação vai ao encontro da trajetória referida por Burrell & Anderson no seu estudo de 2008, que salientava o facto de o uso das TIC pelos imigrantes em foco não se integrar no quadro conceptual definido pelo transnacionalismo, o qual é estruturado com base na premissa de que o horizonte social dos imigrantes se limita ao país de origem e ao país de acolhimento. No nosso estudo, verificámos que as plataformas móveis utilizadas - que não são referidas pelos autores, pois em 2008 a principal era o computador pessoal (PC) - são muito mais variadas. Além do computador são mencionados os *tablets* e os *smartphones* e a diversidade de aplicações um para um é também muito maior.

Usos dos media na aprendizagem da língua de acolhimento

No âmbito da aprendizagem das línguas de acolhimento com raízes muito diferentes das da língua materna, o uso dos *media* entre imigrantes revelou-se pouco eficaz quando o conhecimento da língua ainda é parco.

No caso da comunidade portuguesa em Macau são pouco utilizados, porque na maioria dos casos essa pré-condição não se verifica, pelo que estes imigrantes preferem na maioria recorrer a aulas em grupo ou particulares. Apenas para os imigrantes com conhecimentos razoáveis ou bons da língua - e nesta situação só encontrámos um - se revelou útil e mesmo assim apenas com o acompanhamento de um tutor. As aplicações para *smartphones*, como por exemplo dicionários e outras para autoestudo, são úteis também nestes casos. Para os que possuem conhecimentos médios da língua - e nesta situação encontrámos os casos de imigrantes que aprenderam cantonês na infância e na adolescência - ver programas com legendas em inglês ou em português pode ajudar, mas é sobretudo útil para criar uma habituação às tonalidades das línguas e para observar hábitos e costumes chineses. Nestes casos, os CD com textos e palavras ajudam especialmente na aquisição de consciência para os tons. Cursos na Internet não são eficazes se não existir em paralelo a frequência de aulas, em grupo ou particulares, ou a existência de alguém que possa decifrar o que se está a ver e a ouvir e corrigir os tons. Para todos os níveis, as aulas via Skype podem ser úteis, pela disponibilidade de horários e acesso a um maior leque de professores, que não só os existentes em Macau.

Considerações finais

A importância de falar a(s) língua(s) de acolhimento na integração

No processo de integração, o círculo de relações pessoais que cada imigrante cria é fundamental. A maior ou menor dificuldade em ultrapassar as barreiras culturais dita uma maior aproximação à comunidade portuguesa, às comunidades expatriadas, à comunidade macaense (luso-chinesa) ou a outras comunidades chinesas de Macau ou de cidades vizinhas, como Hong Kong e Zhuhai. A dificuldade em comunicar numa língua comum surge aqui como a principal barreira.

O fechamento na comunidade portuguesa a par do mesmo sentimento em relação à comunidade chinesa local dá-se devido ao desconhecimento da principal língua de acolhimento - o cantonês. A barreira linguística é o principal fator que os entrevistados identificam como entrave à integração na sociedade macaense.

Hoje, muito mais do que nos anos anteriores a 1999, a língua é um entrave também no emprego. Não só cada vez mais o português está a ser substituído pelo mandarim, como nos serviços há cada vez menos pessoas a saber falar português.

No círculo social dos imigrantes entrevistados encontram-se outros portugueses: indivíduos de outras nacionalidades, ou seja, imigrantes pertencentes ao circuito mais alargado da comunidade expatriada de Macau, chineses de Macau, de Hong Kong e da China continental e, ainda, macaenses (indivíduos que pertencem à comunidade luso-asiática).

Nestas relações sociais, o desconhecimento de línguas surge como uma limitação. Na maioria dos casos, o acesso a um meio social mais vasto dentro de Macau é limitado, porque praticamente ninguém na nossa amostra sabe falar bem cantonês. Apesar de, através do uso do inglês, o estabelecimento dessas relações ser possível, não é suficiente. O desconhecimento da principal língua falada em Macau veda-lhes o acesso a elementos culturais que só sabendo a língua poderiam perceber. Mais do que isto, para quem sabe falar cantonês, quem vive em Macau e não conhece a língua de acolhimento é visto como não fazendo parte da sociedade local. Já os que sabem são mais bem aceites.

Não obstante, o saber falar a língua não basta para se ser identificado como um local, é necessário conhecer também os gestos, a entoação, as expressões características que um chinês de Macau utiliza quando fala. São estas especificidades, que Edwards (2009, p. 28) identifica como níveis mais profundos da comunicação numa língua estrangeira, que se encontram fechados a quem ainda está a aprendê-la. Tal não quer dizer necessariamente que a língua seja um elemento de exclusão, já que é possível aprender cantonês tal como é possível aprender a falar qualquer língua. No entanto, é necessário tempo e motivação.

Assim, até que ponto existe um interesse na aprendizagem do cantonês, ou seja, motivação? Quem quer aprender está disposto a despender o tempo necessário a esse empreendimento. A motivação para a aprendizagem da língua parte do desejo de conhecer melhor essa cultura, os tais elementos privados, e de um desejo de identificação, de imitação dos naturais da região. Saber falar cantonês seria um meio de poder abranger um maior leque de possibilidades dentro das relações sociais, de poder comunicar e de poder entender o mundo em redor. Como diz Bourdieu (1991), o processo de aquisição do *habitus* cultural pode ser lento e tem implicações no entendimento de aspetos mais profundos da língua. O conhecimento da língua e da cultura caminham lado e lado e só percebendo perfeitamente uma se pode compreender perfeitamente outra.

O que se verificou neste estudo é que, quanto menor é a identificação dos imigrantes com a cultura de destino, menor é o seu desejo de interação com a comunidade local. Para interagir com a comunidade local e conhecê-la é preciso saber falar cantonês. É quase um círculo vicioso, porque, por não saberem a língua, não têm acesso a outros elementos da cultura chinesa de Macau e o julgamento - ou a impressão - com que ficam à partida pode estar completamente condicionado pela impossibilidade de conhecê-la melhor devido ao desconhecimento da língua. Daí que a perceção que têm do *outro*, chineses e macaenses, possa estar toldada pelo desconhecimento da língua de acolhimento mais falada, o cantonês. A ideia de as comunidades chinesa e macaense serem fechadas aparece nesta sequência. Pelo facto de não existir uma possibilidade de comunicação, os portugueses sentem uma espécie de rejeição por parte da comunidade local. Quando quebrada a barreira linguística, as barreiras e diferenças culturais atenuam-se.

A ideia de que são comunidades fechadas parece, no entanto, estranha, já que a própria comunidade macaense resulta de um cruzamento entre portugueses ou luso-descendentes e asiáticos. E é estranha também, porque ainda existem muitos macaenses que sabem falar português. De facto, a língua parece mesmo ser o principal entrave. Nos casos em que, mesmo que os portugueses não saibam falar cantonês, os chineses

consigam falar português, os contactos sociais menos superficiais são possíveis e as distâncias culturais encurtam-se.

As interações com macaenses e chineses são possíveis, mesmo que se deem em inglês ou português. As diferenças fundamentais entre serem em cantonês, ou não, são: o acesso a um número muito menor de pessoas, pois apenas cerca de 40 por cento da população de Macau fala inglês e apenas cerca de dois por cento fala português; e o grau de integração na sociedade de acolhimento que se consegue atingir não sabendo a língua, já que o conhecimento da língua e da cultura caminham lado a lado. O facto de o mandarim e o cantonês serem línguas muito diferentes do português e consideradas muito difíceis faz com que a sua aprendizagem exija muita motivação. Especialmente para quem tenta aprender o mandarim, a impossibilidade de praticá-lo no dia-a-dia é outro motivo para a desistência. No entanto, muitos dos entrevistados arrependem-se de não terem aprendido. Quem tem contratos de dois anos e, mesmo querendo ficar em Macau, vê o seu regresso poder acontecer a qualquer momento, não se lança nesta caminhada logo desde início. Mas à medida que os contratos se vão renovando e se cria uma situação estável em Macau, dois anos acabam por se transformar em quatro, dezasseis, vinte anos, como em alguns casos.

Uma das principais motivações para a aprendizagem da língua é a sobrevivência na sociedade de destino e o que constatámos é que todos os imigrantes se sentem integrados, mesmo não falando as línguas de acolhimento. Para os portugueses, não é necessário falar cantonês para sobreviver em Macau. Mais do que sobreviver , é possível viver e trabalhar em Macau sem utilizar qualquer das línguas, devido à existência de uma infraestrutura que ainda funciona em português e ao uso do inglês.

Estes resultados estão em linha com o que verificou Amaro (2014) na sua investigação. Diz a investigadora que, por um lado, existe a ideia, entre os seus entrevistados, de que aprender cantonês é desnecessário porque usam o inglês para interagir com a comunidade chinesa. Por outro lado, existe a noção de que, se soubessem falar cantonês, teriam um maior sentimento de integração na sociedade de Macau. Aqueles que não aprenderam a língua apontam como razão a língua ser difícil e a sua aquisição exigir tempo e dedicação. O facto de referirem que é uma “perda de tempo” sugere, segundo a autora, não apenas a dificuldade em aprender a língua, mas também a perceção generalizada de que o cantonês não é essencial para atingir o que chama de nível funcional de integração.

A questão está em perceber como é possível que os imigrantes portugueses atinjam um certo grau de integração e, mais do que isso, se de facto se podem considerar integrados.

Para tal, teremos de esclarecer certas particularidades do contexto de Macau e do que entendemos por *integração*. Nesta investigação adotámos a definição de Berry & Sam (2006) em que, para que se possa dizer que a integração é a estratégia de aculturação adotada pelo imigrante, este tem de demonstrar um interesse pela afirmação dos valores das duas dimensões culturais da sua identidade, a cultura originária e a de acolhimento.

Quanto à língua, da análise à situação profissional dos imigrantes portugueses e ao mercado de trabalho de Macau, verificamos que na nossa amostra existem muitos elementos que trabalham para a função pública onde falam português, alguns são professores e falam português ou inglês nas suas aulas, outros trabalham para empresas

em que o inglês é a língua de comunicação, como casinos ou ateliers de arquitetura, ou então trabalham para outros portugueses. Assim, a própria conjuntura relativa a emprego a par das elevadas qualificações dos imigrantes portugueses, que em muitos casos não são substituíveis por um local, permite-lhes não ter de saber a língua de acolhimento para conseguir um emprego - e o ter emprego é uma das principais condições para a inserção ativa na sociedade e para se ser reconhecido por esta.

Recorrendo a Bourdieu (1991), no caso da comunidade portuguesa, a parte do *capital linguístico* que se refere especificamente ao conhecimento do cantonês não se revelou importante na aquisição de um *capital de distinção*. No entanto, no meio social e profissional em que circulam, a forma como falam, o traquejo e a capacidade de adequarem o vocabulário aos contextos é, tal como em qualquer classe - indivíduos que ocupam funções similares no espaço social, que possuem as mesmas oportunidades na vida –, importante para assegurar *capital de distinção*. O que acontece é que no seio da sociedade de Macau em sentido lato, a prosperidade destes imigrantes está muito mais relacionada com a posse de um *capital de conhecimento*, ou seja, qualificações elevadas e diferenciadas. É este o fator que os distingue e lhes permite ocupar um lugar, ter um papel importante em Macau, e assim sentirem que lhe pertencem, não só porque têm uma participação cívica, mas também porque são reconhecidos pela posse desse *capital de distinção.*

Referências Bibliográficas:

Alvord, D. (2011). *Strangers in a globalized world: identity and assimilation among korean and nepalese immigrants.* Tese submetida para cumprimento parcial dos requisitos para o Master of Arts no Department of Sociology and Social Work. University of Central Missouri.

Amaro, Vanessa. “"We", "They" and the Spaces In-Between: Hybridity in Intercultural Interactions between Portuguese and Chinese Residents in Macau.” Multilingua, 2014.

Berry, J. W. (2001). “A Psychology of Immigration”, *Journal of Social Issues, 57*, pp. 615-631.

Berry, J. W. (2008). “Globalisation and Aculturation”. *International journal of intercultural relations*, 32, pp. 328-226.

Berry, J. W., & Sam, D. (2006). “Contexts of acculturation”, in S. &. Berry, *Theories, Concepts and Methods*, pp. 27-42.

Bourdieu, P. (1991). *Language & symbolic power.* (J. Thompson, Ed.) Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Branco, I. (2012). “A língua portuguesa e os média na integração de imigrantes nepaleses em Portugal”. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2012: Médios Públicos e Espazo Lusófono*, pp. 133-147.

Branco, I. (2012). “A língua portuguesa e os média nas vivências de imigrantes nepaleses em Portugal”. *Comunicando: Os Novos Caminhos da Comunicação*, pp. 66-89.

Burrell, J., & Anderson, K. (2008). “I have great desires to look beyond my world: trajectories of information and communication technology use among Ghanaians living abroad”. *New Media & Society*, pp. 203-224.

Carvalheiro, J. R. (2008). Do Bidonville ao Arrastão: Média, Minorias e Etnicização. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Edwards, John. Language and Identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Elias, N., & Lemish, D. (2006). “Between three cultures: media in the lives of immigrant children in Israel and Germany”. Paper submetido na Instructional and Development Division da conferência anual da International *Communication Association.* Dresden.

Elias, N., & Lemish, D. (2008). “Media uses in immigrant families: torn between "inward" and "outward" paths of integration”. *International Communication Gazette, 70*, pp. 23-42.

GCS, G. (2016). Geografia e População. Macau. http://www.gcs.gov.mo/files/factsheet/geography.php?PageLang=P (consultado em 2017.01.30)

GCS, G. (2016). *Macau 2016 - Livro do Ano.* Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM. http://yearbook.gcs.gov.mo/uploads/yearbook_pdf/2016/myb2016pPA01CH25.pdf (consultado em 2017.01.30)

Georgiou, M. (2005). “Diasporic Media Across Europe: Multicultural Societies and the Universalism–Particularism Continuum”. Journal of Ethnic and Migration Studies, pp. 481-498.

Giddens, Anthony. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

Grosso, M. J., Tavares, A., & Tavares, M. (2008). O Português para Falantes de Outras Línguas. O utilizador elementar no país de acolhimento. Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Katz, E., Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (1974, Inverno). “Uses and Gratifications Research”. *The Public Opinion Quarterly, 37*, pp. 509-523.

Maalouf, Amin. As Identidades Assassinas. Lisboa: Difel, 1998.

Mendes, C. (2013). “Macau 500 Anos Depois: A Plataforma da China para o Mundo Lusófono”. Revista Oriente, 22, pp. 44-59.

Pires, R. P., Machado, F. L., Peixoto, J., & Vaz, M. J. (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Mundiais.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e Edições tinta-da-china, Lda.

RAEM, G. (1999). Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. (I. Oficial, Ed.) Macau. http://bo.io.gov.mo/bo/I/1999/leibasica/index.asp (consultado em 2017.01.30)

Salim, I. C. (2008). *Os Meios de Comunicação Étnicos em Portugal.* Volume 29 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Wood, N., & King, R. (2001). "Media and Migration. An overview”, in Wood, Nancy e King, Russell (orgs.), *Media and Migration. Constructions of mobility and difference*. London: Routledge.

Notas

[i] Doutoramento em Ciências da Comunicação, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

[ii] PhD in Communication Sciences, at Universidade Nova de Lisboa with financial support of Fundação para a Ciência e Tecnologia.

[iii] International Organization for Migrations. Disponível em: http://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/infographics/iom_infographics.jpg (data da consulta: 07/02/2017)

[iv] Observatório da Emigração. Disponível em: http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=147 (data da consulta: 27/01/2017)